

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº
(Bancada do PSOL)

Requer ao Ministro Interino da Saúde,
SR. EDUARDO PAZUELLO, informações
sobre a retirada do relatório “Vigitel
Brasil 2018 População Negra” do rol de
publicações do portal do Ministério da
Saúde.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor ao Ministro Interino de Estado da Saúde, Sr. Eduardo Pazuello, o presente requerimento de informações acerca da retirada do relatório “Vigitel Brasil 2018 População Negra” do rol de publicações do portal do ministério da Saúde.

As informações devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da Constituição Federal:

1. Que motivação levou o Ministério da Saúde a retirar exclusivamente a publicação intitulada *Vigitel Brasil 2018 População Negra: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico* do rol de publicações do portal do ministério da Saúde¹? Encaminhar em

¹ Os estudos, à exceção do VIGITEL Brasil 2018 População Negra, estão disponíveis em:
<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vigitel>



anexo, notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, despachos ou qualquer outro documento relacionado ao tema.

2. Que autoridade determinou a exclusão do documento? O Ministro da Saúde pressionou ou influenciou em tal decisão? Há notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, despachos ou qualquer outro documento relacionado ao tema que fundamentem a decisão? Se a resposta for afirmativa, anexar à resposta.
3. Segundo matéria do portal UOL, “De acordo com servidores do Ministério da Saúde ouvidos pela coluna sob a condição de não terem seus nomes publicados, os dois movimentos estão imbricados. A ideia do governo seria espalhar dentro do ministério o discurso ‘de que não existem mais políticas identitárias, de que não há diferenças entre população negra e população branca’. O Ministério reconhece e confirma essa mudança em relação às políticas específicas para a população negra? Anexar na resposta notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, despachos ou qualquer outro documento relacionado ao tema.
4. Recentemente, o Ministério da Saúde recorreu à decisão da justiça do Rio de Janeiro que obrigava este Ministério a divulgar dados da pandemia de COVID-19 relativos à raça. A insistência do Ministério em não produzir e divulgar, com base nas melhores regras epidemiológicas, dados específicos sobre raça/etnia é parte dessa política de negar que existem diferenças entre negros e brancos no Brasil?
5. Negras e negros relatam piores índices de autoavaliação de saúde quando comparados aos brancos. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) apontam que a população negra apresenta prevalências maiores de hipertensão (44,2%) e diabetes (12,7%), quando comparada à população



branca (22,1% e 6,2%, respectivamente), superando a prevalência nacional de ambas comorbidades (Brasil, 2017)². O mesmo acontece em relação à doença cardíaca (7,0%), à asma (8%) e às doenças negligenciadas, a exemplo da tuberculose (Brasil, 2017). Ressalta-se ainda a maior prevalência da doença falciforme na população negra do país em relação aos não negros.

Diante desses dados, o Ministério da Saúde reconhece que existem diferenças estruturais, no que tange o acesso à saúde pública, entre negros e brancos que vulnerabilizam a população negra e que, assim, são necessárias políticas específicas para esta população? Anexar na resposta notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, despachos ou qualquer outro documento relacionado ao tema.

6. O Ministério da Saúde reconhece que, ao excluir dados específicos sobre a população negra, fere o compromisso constitucional com a Política Nacional de Saúde Integral da Saúde Negra, amparada pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010)?
7. O Ministério da Saúde reconhece que, ao ferir esse compromisso legal e constitucional, contribuiu ativamente para a persistente manutenção das desigualdades raciais e, por consequência, da vulnerabilização da população negra em relação ao tema da saúde pública?

JUSTIFICATIVA

2 Disponível em: <

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf>



No último dia 10 de junho, o portal de notícias UOL³ publicizou a retirada do relatório “Vigitel 2018”, específico sobre a saúde da população negra, do site do Ministério da Saúde. De acordo com a matéria, todos os estudos produzidos desde 2006 estão disponíveis no site deste Ministério, à exceção do intitulado “*Vigitel Brasil 2018 População Negra: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.*”

É importante destacar que o relatório é um documento importante para dimensionar as desigualdades raciais que expõe a população negra a um estado de maior vulnerabilidade. Esses dados são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas específicas para a população negra, como aponta a pesquisa Vigitel População Negra:

o estudo dos indicadores do Vigitel População Negra deve ser usado por gestores, profissionais de saúde e representantes da população negra, contribuindo para a formulação, avaliação e monitoramento de políticas, programas e ações que promovam a interface necessária entre a promoção da saúde e a prevenção de doenças para a melhoria da qualidade de vida deste grupo populacional. Além disso, as análises direcionadas à população negra permitem que esta assuma um protagonismo com relação à sua saúde e à conquista de seus direitos.

Os dados apresentados pela pesquisa revelam as diversas nuances de opressões as quais a população negra está inserida, vez que as negras e os negros estão inseridos em várias lógicas de opressão que acabam por gerar essa vulnerabilidade em relação à saúde. A pesquisa, ao abordar as condições específicas da população negra, aponta que ser negro no Brasil implica risco de saúde.

A estrutura social brasileira é marcada pela reprodução de desigualdades em diversas dimensões, entre elas a dimensão de raça, gênero e localização geográfica. Dados do IBGE mostram que, no Brasil, a população

³ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/06/10/censura-saude-populacao-negra.htm>>

negra segue sendo afetada por problemas de acesso à moradia, alimentação, saneamento básico, saúde, emprego e educação⁴. Nesse contexto, a produção de dados oficiais que reflitam os marcadores sociais e etnico-raciais são essenciais para que as respostas possam ser formuladas e que sejam capazes de enfrentar o problema em toda a sua complexidade.

A ausência, ou a “negação” dos dados específicos é, também, uma forma de desumanizar a população negra. É o “deixar de existir” enquanto negro, negando à essa população não só dados sobre sua própria realidade, como também o desenvolvimento de políticas públicas específicas que mitiguem as desigualdades sociais e raciais que permeiam a sociedade brasileira. Como aponta Elaine Oliveira Soares, “no momento em que o Ministério da Saúde exclui informações que são relevantes, produz a invisibilização de uma realidade que é essencial para a preservação de direitos⁵.”

O racismo institucional possibilita a criação de parâmetros de discriminação, que é positivada nos órgãos de saúde pública e que, em alguma medida, são sobrepostos pelo fator raça de maneira evidente nas normas, costumes e procedimentos das instituições, prova disto é a extinção do DAGEP – Departamento de Apoio à Gestão Participativa, criado para cumprir políticas de saúde para setores específicos da população, como é o caso da população negra.

Em um momento em que o mundo se levanta e grita que as vidas negras importam, é fundamental que observemos o contexto histórico de segregação racial constituída no Brasil para que possamos compreender em que medida os mecanismos relacionados ao uso da raça relativizam os direitos da população negra, em especial no que diz respeito ao acesso integral à saúde pública e a garantia completa de direitos.

Sala das Sessões, de junho de 2020.

4 IBGE. Informativo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2019

5 Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/opiniao-publica/2020/06/desmantelamento-de-politicas-publicas-e-pesquisas-direcionadas-a-saude-da-populacao-negra-descaso-ou-necropolitica-por-elaine-oliveira-soares/>>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Apresentação: 16/06/2020 10:32

RIC n.645/2020

Áurea Carolina

PSOL/MG

David Miranda

PSOL/RJ

Talíria Petrone

PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues

PSOL/PA

Fernanda Melchionna

Líder do PSOL

Glauber Braga

PSOL/RJ

Ivan Valente

PSOL/SP

Luiza Erundina

PSOL/SP

Marcelo Freixo

PSOL/RJ

Sâmia Bomfim

PSOL/SP

Documento eletrônico assinado por Áurea Carolina (PSOL/MG), através do ponto SDR_56224, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 0 0 1 8 1 3 6 8 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Apresentação: 16/06/2020 10:32

RIC n.645/2020

Documento eletrônico assinado por Áurea Carolina (PSOL/MG), através do ponto SDR_56224, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 0 0 1 8 1 3 6 8 2 0 0 *



Requerimento de Informação (Do Sr. Áurea Carolina)

Apresentação: 16/06/2020 10:32

RIC n.645/2020

Requer ao Ministro Interino da Saúde, SR. EDUARDO PAZUELLO, informações sobre a retirada do relatório “Vigitel Brasil 2018 População Negra” do rol de publicações do portal do Ministério da Saúde.

Assinaram eletronicamente o documento CD200181368200, nesta ordem:

- 1 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)
- 2 Dep. David Miranda (PSOL/RJ)